

Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018





**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

ÍNDICE

Índice

1. Introdução	3
2. Opções do Plano	6
3. Orçamento	12
4. Plano Plurianual - Atividades mais Relevantes	18
5. Contribuições dos Municípios Associados	20
6. Mapa de Pessoal	22



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

1. INTRODUÇÃO

1. Introdução

As Opções do Plano e o Orçamento da AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal que agora se apresentam, nos termos dos Estatutos e demais legislação aplicável, refletem as atividades, ações e projetos a desenvolver em 2018.

Considerando o início de um novo mandato autárquico proceder-se-á a uma avaliação conjunta do ponto de situação do processo de colaboração intermunicipal ao nível dos sistemas de abastecimento público de água, tendo como ponto de partida o Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal de Água em Alta da Península de Setúbal e o objetivo de realizar o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) do referido Sistema, de acordo com cenários de faseamento a definir.

A coordenação de trabalho cooperativo entre os associados continuará a ser uma linha de ação a desenvolver, tendo-se como objetivo a concretização de projetos que já vêm a ser trabalhados desde 2017, nomeadamente os relativos a aspetos, “planos de segurança da água”, “gestão e reparação de contadores”, “gestão patrimonial de infraestruturas” e “avaliação do potencial de redução de perdas de água”.

A defesa da gestão pública de carácter local da água continuará a ser uma linha de ação central da AIA, nomeadamente projetando-se como uma voz dos seus associados na defesa da autonomia municipal e dos interesses das populações que representam. Nesse sentido, daremos voz aos legítimos interesses dos associados no que concerne às políticas públicas para a água, bem como atuaremos junto do Poder Central, designadamente no que se refere à defesa dos interesses regionais no âmbito da captação de fundos para financiamento de investimentos no Ciclo Urbano da Água.

A captação de fundos para investimentos no Ciclo Urbano da Água, designadamente no âmbito do *Portugal 2020*, em particular do Plano Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), deverá merecer particular atenção da Associação e dos seus associados em 2018, no seguimento das preocupações manifestadas na Declaração Conjunta dos municípios da AIA, emitida por ocasião do Dia Nacional da Água de 2017, que se debruçava sobre esta questão. Assim, importará sensibilizar o MAOT para a necessidade de o Regulamento Específico «Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos» (RE SEUR)

poder acomodar a elegibilidade de operações que qualifiquem redes e a generalidade das infraestruturas que compõem a componente alta dos sistemas, bem como para a urgência de que futuros Avisos no âmbito do POSEUR - Ciclo Urbano da Água incluam como entidades elegíveis as autarquias e as suas associações, condição sem a qual os municípios da Península de Setúbal ficarão, na prática, sem possibilidade de aceder a financiamento para operações de investimento nos seus sistemas de abastecimento de água em baixa, com vista à melhoria da operação e gestão, da sustentabilidade económico financeira e da acessibilidade económica, aspetos que se definem como objetivos das políticas nacionais para o setor.

Numa linha de continuidade, será desenvolvida a cooperação com diversas entidades em atividades que se inscrevam nos fins da Associação, definindo-se como principais parceiros, neste trabalho de cooperação, os Municípios Associados e a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, bem como as entidades de que a AIA é associada. Neste âmbito, aprofundar-se-á a colaboração com a AMRS, com particular destaque para o desenvolvimento conjunto de um plano de formação específico para os serviços de água. Será também dado seguimento ao acompanhamento e participação nos trabalhos das entidades de âmbito técnico de que a AIA é associada – em particular a APDA - com o objetivo de partilhar a informação recolhida - evolução do sector nos seus aspetos de política estrutural, novas tendências de evolução técnica e de gestão, etc.

Relativamente ao orçamento o seu volume manter-se-á na linha do anterior, atingindo este ano o valor de cerca de 109 mil euros, quase integralmente financiado por participações fixas dos associados.

Em conclusão, as Opções do Plano e o Orçamento para 2019, que de seguida se apresentam, pretendem dar continuidade à implementação da missão que os municípios associados atribuíram à AIA, tendo em primeiro plano o desenvolvimento do processo colaboração intermunicipal ao nível dos sistemas públicos de abastecimento de água – designadamente o objetivo de realizar o EVEF do Sistema Intermunicipal de Água em «Alta» para a Região - e a defesa da autonomia e das competências municipais e da gestão pública local da água. Dar-se-á também continuidade à linha de reforço da intervenção da Associação no desenvolvimento de projetos de colaboração entre os associados que visem contribuir para o incremento da eficiência técnica e económica da gestão dos sistemas de abastecimento municipais.



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

2. OPÇÕES DO PLANO

2. Opções do Plano

2.1. Criação do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em «Alta» da Península de Setúbal.

Considerando o início de um novo mandato autárquico proceder-se-á a uma avaliação conjunta do ponto de situação do processo de colaboração intermunicipal ao nível dos sistemas de abastecimento público de água, tendo como ponto de partida o Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal de Água em Alta da Península de Setúbal e o objetivo de realizar, com início em 2018 e conclusão em 2019, o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) do referido Sistema, de acordo com cenários de faseamento a definir.

2.2. Cooperação Institucional

No âmbito desta atribuição a AIA desenvolverá cooperação com diversas entidades em projetos e ações que se inscrevam nos fins prosseguidos pela Associação.

Tal como até aqui, este trabalho de cooperação terá como principais parceiros os municípios associados e a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, bem como outras entidades de onde destacamos aquelas de que a AIA é associada, nomeadamente a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos – APRH, Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – APDA e Associação Europeia Para a Gestão Pública da Água – AAPE.

Neste âmbito, irá reforçar-se a cooperação com a AMRS, promovendo a convergência de meios com vista a aumentar o valor dos serviços desenvolvidos a favor dos associados. Esta colaboração irá abranger: - o acolhimento do espólio bibliográfico sobre gestão de recursos hídricos e gestão de serviços de águas da AIA pela biblioteca da AMRS, com o objetivo de sistematizar a sua catalogação e o acesso a esta documentação; - o apoio à remodelação do *site* da AIA; - e a promoção conjunta de um plano de formação específico para os serviços de águas, conjugando sinergias das duas entidades, designadamente o conhecimento específico da AIA sobre o setor e as

capacidades formativas da AMRS, designadamente o fato de ser entidade formadora acreditada pelo IEFP.

Ainda na linha de trabalho da cooperação institucional, prosseguir-se-á o acompanhamento e participação nos trabalhos das entidades de âmbito técnico de que a AIA é associada (APDA e APRH), destacando-se a participação na Comissão Especializada de Legislação e Economia da APDA - com vista ao acompanhamento da evolução do setor nos seus aspetos de política estrutural, novas tendências de evolução técnica e de gestão, com o objetivo de partilhar a informação recolhida com os associados.

2.3. Defesa da Água Pública

A defesa da gestão pública dos sistemas de abastecimento de água no seu modelo de decisão local e regional e das competências e autonomia do Poder Local continuarão a assumir-se como uma componente essencial da atividade da AIA. Neste campo a Associação dará continuidade ao trabalho de contribuição para a construção e divulgação das posições conjuntas dos associados tendo presente as seguintes prioridades:

- i) a consecução, por parte do atual governo, de políticas que reforcem a autonomia do Poder Local na gestão dos serviços de águas e apoiem as suas estratégias, designadamente de colaboração ao nível intermunicipal para o desenvolvimento destes serviços enquadrados com os objetivos nacionais definidos para o setor, i.e a melhoria da operação e gestão, da sustentabilidade económico financeira e da acessibilidade económica;
- ii) a alteração do atual estatuto da ERSAR, compatibilizando-os com o princípio constitucional da autonomia municipal, reimplementando a sua condição estrita de regulação e apoio ao eficiente funcionamento dos sistemas, revogando a sua autoridade vinculativa, nomeadamente no que se refere ao modelo tarifário e aos preços;
- iii) a necessidade de o Regulamento Específico «Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos» (RE SEUR) acomodar a elegibilidade de operações que qualifiquem redes e a generalidade das infraestruturas que compõem a componente alta dos sistemas,

- iv) a elegibilidade das autarquias e suas associações no acesso aos fundos do POSEUR-Ciclo Urbano da Água, para operações de investimento na componente em “baixa” dos sistemas de água no âmbito de futuros avisos deste programa, condição sem a qual os municípios da Península de Setúbal ficarão, na prática, sem possibilidade de aceder ao financiamento que justamente pretendem captar para a realização dos investimentos necessário, com vista à promover continuamente a qualidade do serviço, a sua eficiência técnica – designadamente no que se refere à redução de perdas – a sustentabilidade económico financeira e a acessibilidade económica.
- v) a alteração do carácter reembolsável dos financiamentos comunitários, para fundo perdido em taxas significativas, bem como a criação de uma linha de crédito bonificada para o financiamento próprio, como forma de conter a pressão sobre as tarifas;
- vi) a garantia da sustentabilidade dos sistemas através de um instrumento que integre uma componente de financiamento através o Orçamento do Estado e a implementação de uma política tarifária justa e equilibrada, como meio de garantir a acessibilidade de todos, independentemente da sua condição socioeconómica e das especificidades regionais, a bens essenciais como são os serviços de águas;
- vii) Apoiar a consagração na legislação portuguesa do direito universal de acesso à água e saneamento e da gestão pública da água.

Nesta linha de trabalho iremos estabelecer contatos com a tutela com vista a sensibilizar o MAOT para os justos interesses da Região e daremos continuidade à prática de anos anteriores de assinalar o Dia Nacional da Água de 2018, através de uma declaração conjunta dos Municípios Associados da AIA onde serão espelhados os pontos de vista dos associados sobre as políticas públicas da água.

2.4. Promoção da cooperação entre os municípios associados

Na sequência da estratégia que foi definida anteriormente, de reforçar os esforços da Associação na promoção de projetos colaborativos entre os municípios associados que visem a melhoria contínua da qualidade do serviço e assegurem a sua sustentabilidade económica, financeira e social, e perante a capacidade que foi demonstrada, apesar dos escassos recursos disponíveis, de concretizar vários processos, em 2018, continuaremos a dar seguimento a esta linha de trabalho, designadamente:

- Planos de segurança da água – o projeto que se iniciou em 2017, reunindo os municípios de Moita, Palmela e Seixal e tendo como parceiro consultor a empresa Aquawise, será finalizado, previsivelmente, no primeiro trimestre de 2018. Com a conclusão deste projeto todos os associados da AIA estarão dotados de um PSA;
- Gestão e reparação de contadores – em 2017 a AIA produziu um relatório onde se procedeu à caracterização dos parques de contadores dos associados, bem como a uma aproximação à avaliação do custo/benefício da implementação de uma política de gestão do parques de contadores assente no prazo dos limites máximos de aferição. No mesmo documento foram ainda identificados os recursos próprios dos associados (laboratórios) para a execução dos processos de aferição e reparação de contadores e respetivas condições financeiras de uso desses serviços. Perante a constatação da óbvia importância de uma eficiente gestão do parque de contadores de cada operador para a sua eficiência técnica e económica pretende-se aprofundar o apoio aos associados com vista ao estabelecimento de um sistema de gestão de parque de contadores, bem como a avaliação da oportunidade de partilha de recursos nos processos de aferição e reparação dos referidos equipamentos;
- Gestão patrimonial de infraestruturas - o projeto foi iniciado em 2017 visando disponibilizar aos associados a implementação, sem custos, de um projeto piloto de uma ferramenta informática de gestão patrimonial de infraestruturas, redução de perdas de água e energia. Tem como parceiro a empresa Baseform. Aderiram os municípios de Almada, Barreiro, Moita, Sesimbra e Seixal. Em 2018, deverá avaliar-se o ponto de situação do processo, bem como se a AIA poderá contribuir para a evolução do mesmo, tendo presente que por obrigação legal os operadores deverão tão breve quanto possível implementar um sistema GPI;
- Avaliação do potencial de redução de perdas de água – pretende-se realizar um sintético trabalho, de tipo resumo executivo, que terá como objetivo avaliar o potencial de redução efetivo de perdas de água nos sistemas de abastecimento dos municípios associados. A metodologia do trabalho a realizar irá basear-se na aplicação de indicadores internacionais de performance (ILI, PRIM, etc) a cada um dos sistemas e aferição do potencial de melhoria por comparação com o ótimo teórico e as médias reais nacionais, regionais e por tipologia de densidade (urbano, mediantemente urbana e rural) conforme cada caso. Pretende-se que o trabalho avalie o potencial de recuperação de perdas em termos físicos em 5 categorias desagregadas: perdas reais; consumo autorizado não faturado; roturas em condutas; roturas em ramais; perdas comerciais e erros de medição. Serão ainda

avaliados os ganhos económicos potenciais brutos e a relação custo-benefício de uma estratégia de redução de perdas nas diferentes áreas de intervenção.

No âmbito do Portugal 2020, em particular do Plano Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) a AIA acompanhará o desenvolvimento da abertura de avisos de candidaturas que possam corresponder às necessidades dos seus associados, tendo presente, nomeadamente, o potencial da AIA como instrumento de agregação de candidaturas municipais.

2.5. Dotar a AIA dos meios necessários ao prosseguimento dos seus objetivos

Neste âmbito mais funcional e instrumental, deverá continuar a promover-se as necessárias ações que qualifiquem continuamente o funcionamento e os processos administrativos, nomeadamente a capacitação permanente dos recursos humanos da Associação.

Tendo em conta a entrada em vigor do novo sistema contabilístico para a administração pública (SNC-AP) deverá ser implementado um novo sistema informático de contabilidade compatível, bem como deverá ser promovida a necessária formação para o trabalho nesta nova realidade contabilística.

Com vista à divulgação das atividades da Associação e dos seus associados, bem como de outras matérias de interesse relativas às políticas públicas da água, gestão de recursos hídricos e operação de sistemas de abastecimento será dada continuidade à produção e publicação de conteúdos sobre estes temas no site da AIA. Tendo em conta algumas limitações que o atual sítio da internet da associação já apresenta procuraremos proceder sua remodelação.



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

3. ORÇAMENTO

3. Orçamento

O Orçamento apresentado para 2018 tem um valor global de 109.808 €.

A receita na sua componente contribuição fixa anual, prevista no n.º2 do Art.º 18º dos Estatutos, foi apurada com base nos montantes das transferências para os municípios associados (FEF e IRS) constantes da Proposta de Orçamento de Estado para 2018, aprovada a 27 de novembro (Proposta de Lei n.º 100/XIII). Assim apurou-se uma contribuição global fixa a obter do conjunto dos associados no valor de 109.708€, que corresponde a 99,9% do total da receita prevista, correspondendo a um crescimento de 1,7% relativamente ao ano anterior. Optou-se por não propor para o ano de 2018 fixação de contribuições de tipo variável (nº 4, do artigo 18º dos Estatutos da AIA).

A despesa prevista distribui-se da seguinte forma: Despesa Corrente - Despesas com pessoal 65.988,00€ (60,1%), Despesas com Aquisição de Bens e Serviços 34.800,00€ (31,7%), Transferências Correntes 3.000,00€ (2,7%) e Outras despesas correntes 2.520,00€ (2,3%); Despesa de Capital - Aquisição de Bens de Capital 3.500,00€ (menos de 3,2%).

Julga-se pertinente ainda sublinhar que, conforme se poderá constatar no Quadro “Atividades Mais Relevantes do Ano 2018 – AIA”, as Opções do Plano preveem a execução do Estudo de Viabilidade Económico-financeira do Sistema de Abastecimento em «Alta» da Península de Setúbal - EVEFSIAAAPS, com um valor de 10.000€, na situação de financiamento definido, e 10.000€, na situação de financiamento a definir, para 2018, e 15.000€ para 2019, perfazendo o valor global de 35.000€ - que se prevê venha a custar este serviço.

Mapa Resumo do orçamento AIA 2018

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE	ANO : 2018
AIA	

RECEITAS	VALORES	DESPESAS	VALORES
Correntes	109.808,00	Correntes	106.308,00
De capital		De capital	3.500,00
Total	109.808,00	Total	109.808,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

Mapa Orçamento da Receita AIA 2018

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	ORÇAMENTO PARA 2018
----------	----------------------	---------------------

R Ú B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
	RECEITAS CORRENTES			
05	Rendimentos da propriedade			100,00
05.02	Juros - Sociedades financeiras		100,00	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	100,00		
06	Transferências correntes			109.708,00
06.05	Administração local		109.708,00	
06.05.01	Continente	109.708,00		
06.05.01.01	Contribuições dos Municípios Associados	109.708,00		
06.05.01.01.01	Duodecimos	109.608,00		
06.05.01.01.03	Outras Contribuições	100,00		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES				109.808,00
TOTAL DAS RECEITAS				109.808,00

ORGÃO EXECUTIVO
Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ____ de _____ de ____

Mapa Orçamento da Despesa AIA 2018

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	ORÇAMENTO PARA 2018
----------	----------------------	---------------------

R U B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S		
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
01	ADMINISTRACAO AUTARQUICA			109.808,00
	DESPESAS CORRENTES			
01	Despesas com o pessoal			65.988,00
01.01	Remunerações certas e permanentes		52.650,00	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	41.000,00		
01.01.11	Representação	2.400,00		
01.01.13	Subsidio de refeição	2.350,00		
01.01.14	Subsidio de férias e de Natal	6.900,00		
01.02	Abonos variáveis ou eventuais		1.438,00	
01.02.02	Horas extraordinárias	250,00		
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	238,00		
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	950,00		
01.03	Segurança social		11.900,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social	11.300,00		
01.03.05.03	Outros	11.300,00		
01.03.09	Seguros	600,00		
01.03.09.01	Seguros acidentes trabalho/doenças profissionais	600,00		
02	Aquisição de bens e serviços			34.800,00
02.01	Aquisição de bens		1.400,00	
02.01.08	Material de escritório	800,00		
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	100,00		
02.01.21	Outros bens	500,00		
02.02	Aquisição de serviços		33.400,00	
02.02.09	Comunicações	1.200,00		
02.02.10	Transportes	200,00		
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.000,00		
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	22.800,00		
02.02.15	Formação	2.500,00		
02.02.16	Seminários, exposições e similares	500,00		
02.02.17	Publicidade	500,00		
02.02.19	Assistência técnica	1.200,00		
02.02.20	Outros trabalhos especializados	1.000,00		
02.02.22	Serviços de saúde	500,00		
02.02.25	Outros serviços	1.000,00		
04	Transferências correntes			3.000,00
04.05	Administração local		3.000,00	
04.05.01	Continente	3.000,00		
04.05.01.04	Associações de Municípios	3.000,00		
06	Outras despesas correntes			2.520,00
06.02	Diversas		2.520,00	
06.02.03	Outras	2.520,00		
06.02.03.04	Serviços bancários	500,00		
06.02.03.05	Outras	2.020,00		
06.02.03.05.01	Quotas	1.500,00		
06.02.03.05.02	Outras	520,00		
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			106.308,00
01	ADMINISTRACAO AUTARQUICA			
	DESPESAS DE CAPITAL			
07	Aquisição de bens de capital			3.500,00
07.01	Investimentos		3.500,00	
07.01.07	Equipamento de informática	500,00		

(1 de 2, continua)

Mapa Orçamento da Despesa AIA 2018 (continuação)

R Ú B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S		
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
07.01.08	Software informático	2.000,00		
07.01.09	Equipamento administrativo	500,00		
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	500,00		
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			3.500,00

	TOTAL GERAL DAS DESPESAS			109.808,00
--	---------------------------------	--	--	------------

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

(2 de 2)



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2 0 1 8

4.PLANO PLURIANUAL – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2 0 18

EMITIDO EM 2017/12/13

OBJEC TIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJECTO/AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		VALOR	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		EX	INICIO		FIM	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEGUINTE						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2019	2020	2021	OUTROS
01 0101 010101	01/070107	1.	Funções Gerais Serviços Gerais da Administração Pública Administração Geral Qualificação de equipamento informático		100.0	AIA	2018/01/01	2018/12/31/0		23.500,00	13.500,00	10.000,00	15.000,00			38.500,00				
										23.500,00	13.500,00	10.000,00	15.000,00			38.500,00				
										3.500,00	3.500,00					3.500,00				
										500,00	500,00					500,00				
										2.000,00	2.000,00					2.000,00				
010102	01/070108	2.	Funcionamento dos serviços - Software Informático		100.0	AIA	2018/01/01	2018/12/31/0		500,00	500,00					500,00				
										20.000,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00			35.000,00				
										20.000,00	10.000,00					35.000,00				
										20.000,00	10.000,00					20.000,00				
										23.500,00	13.500,00	10.000,00	15.000,00			38.500,00				

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

5.CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

Contribuições dos Municípios Associados - 2018

Municípios Associados	FEF 2018 (€)	IRS a transf 2018 (€)	Contribuição Anual (€)	Duodécimos (€)	Afectação dos Municípios associados ao total das contribuições (%)
ALCOCHETE	1 354 593,00	1 377 301,00	4 104,00	342,00	3,7443
ALMADA	4 306 986,00	11 229 748,00	23 316,00	1 943,00	21,2722
BARREIRO	5 260 237,00	3 804 841,00	13 608,00	1 134,00	12,4152
MOITA	7 822 215,00	2 152 524,00	14 964,00	1 247,00	13,6523
PALMELA	4 182 217,00	3 180 559,00	11 052,00	921,00	10,0832
SEIXAL	4 868 889,00	8 104 613,00	19 464,00	1 622,00	17,7578
SESIMBRA	2 021 325,00	2 460 940,00	6 732,00	561,00	6,1419
SETÚBAL	4 004 001,00	6 903 609,00	16 368,00	1 364,00	14,9332
TOTAL	33 820 463,00	39 214 135,00	109 608,00	9 134,00	100,0000

nota.1: A contribuição anual corresponde a 0,15% dos totais do FEF e da Participação no IRS (n.º 2, do artigo 18.º dos Estatutos da AIA) tomando-se como referência para os montantes a considerar os constantes para os municípios associados do Mapa XIX - Transferências para os Municípios (Participação dos Municípios nos Impostos do Estado, constante da Proposta de Lei n.º 100/XIII - Orçamento de Estado para 2018).

nota.2: Os duodécimos, são arredondados por excesso à unidade euro e deverão ser enviados para a AIA, até ao dia 15 de cada mês - n.º 3 do art. 18.º dos Estatutos



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO**

2018

6. MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL 2018
(CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE DIREITO PRIVADO)

Atribuições	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de trabalho	Ocupado	Vago	OBS.
Coordenação e promoção de estudos, projetos, planos e ações, no domínio de captação e abastecimento de água em alta na Península de Setúbal; Coordenação e promoção de estudos, projetos, planos e ações no domínio da cooperação entre os seus associados que visem o aperfeiçoamento da gestão municipal dos sistemas públicos de abastecimento e a persecução da garantia do direito humano de acesso à água; Estabelecimento de relações de cooperação com outras entidades em projetos e ações que se inscrevam nos mesmos fins prosseguidos pela Associação.	Secretário-geral	Engenharia	1	1	0	CIT - Comissão de Serviço
	Assistente Técnico	12º Ano de Escolaridade	1	1	0	CIT - Tempo indeterminado
	Técnico Superior	Biologia	1	1	0	CIT - Tempo indeterminado, suspenso pelo exercício de funções de deputado no Parlamento Europeu, nos termos da Lei